

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 58.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 24 de Maio de 1971 — Segunda-Feira)**

Presidência do sr. Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Nelson Buffara e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes, os srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Belinati, Antônio Maciel, David Federmann, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Arthur de Souza e Paulo Camargo (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O S. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**OFÍCIO:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**OFÍCIO**

**27-71**

Curitiba, 21 de maio de 1971.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, tenho a satisfação de vir à presença de Vossa Excelência, objetivando que se dê total atendimento ao disposto no artigo 123, § 5.<sup>o</sup>, do Regimento Interno.

Tal solicitação tem por fim melhor orientar os Relatores designados, nesta Comissão, quando da prolação dos respectivos Pareceres.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e elevado apreço.



## REQUERIMENTOS:

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, requer, sejam consignados na Ata dos trabalhos da presente Sessão Votos ds Louvor a saber:

1. À Direção da COPEL, tendo em vista o pronto atendimento para dar solução do problema de energia elétrica, no Distrito de Colônia Mariental, Município da Lapa; e,

2. Ao Exceleníssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Dr. Pedro Viariato Parigot de Souza, em face de sua pronta interferência junto à mesma COPEL, no atendimento do problema supra citado.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa se dê conhecimento àquela Companhia, assim como ao ilustre Vice-Governador, através de expedientes próprios.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1971

(a) Leopoldo Jacomel

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de regozijo pelo transcurso, ontem, do "Dia Mundial das Comunicações".

Instituído há 5 anos pelo Concílio Vaticano II, para conscientizar a Igreja da importância da comunicação de massa e despertar uma utilização melhor, dêsses meios, tanto por parte dos que comunicam, como por parte dos que recebem a comunicação, o Dia Mundial dos Meios de Comunicação Social, neste ano, teve como tema escolhido pelo Papa "Os meios de comunicação social a serviço da unidade entre os homens". Nêle foi exortado aos comunicadores a que rejeitem os métodos que agravam as tensões, as discórdias e as divisões entre os homens, para que contribuam ao progresso como espírito de compreensão e amor.

Em nosso Estado o "Dia Mundial das Comunicações" foi comemorado com palestras em tôdas as igrejas, sob a coordenação do Arcebispo Metropolitano D. Pedro Fedalto que, com sua presença, deu cunho todo especial à promoção.

Requer, outrossim, aprovado o presente, que se dê ciência da decisão da Casa àquela autoridade eclesiástica de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1971.

(a) Maurício Fruet

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja expedido ofício ao senhor Presidente da Companhia Fôrça e Luz do Paraná, solicitando a extensão de luz para o distrito de Lajeado, no município de Rio Negro.

Distrito dos mais importantes, produtor de fumo e possuindo algumas indústrias, o fornecimento de energia elétrica irá favorecer o desenvolvimento do mesmo e, conseqüentemente, trazendo melhor situação para sua produção.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1971.

(a) Maurício Fruet

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,



requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, solicitando seja enviado com urgência, para as circunscrições do Detran do Interior do Estado, material de expediente e certificado de propriedade de veículos.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1971.

(a) Arizone Araújo

#### JUSTIFICATIVA:

Percorrendo o Sudoeste do Estado, constatei nas diversas circunscrições do DETRAN, a grande falta de material de expediente, o que tem acarretado prejuízos aos proprietários de veículos, face a dificuldade da legalização de documentos, vindo isto acarretar prejuízos aos cofres públicos, uma vez os mesmos não puderam pagar as taxas.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Na verdade, referido Município, mercê de sua pujança econômica, alia-Plenário, o Deputado que o presente subscreve, requer seja formulado um apêlo à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando a instalação de uma Agência na sede do Município de Tunesiras do Oeste.

Na cidade, referido Município, mercê de sua pujança econômica, alia-da às condições de grande produtor de café e cereais, a par da excelente pecuária, possuindo hoje uma população de mais de vinte mil (20.000) habitantes em seu território de trinta e sete mil (37.000) alqueires, está a merecer um tratamento condigno de nosso principal estabelecimento de crédito, atendendo, assim, a realidade presente daquela comuna de nosso interland.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1971.

(a) Lázaro Dumont

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, requer seja formulado um apêlo ao excelentíssimo senhor Secretário da Agricultura, no sentido de ser firmado o necessário convênio entre a Secretaria de Agricultura, INCRA, Banco do Estado do Paraná, BRDE e CODEPAR, tendente a financiar os colonos holandeses que cultivam o arroz, trigo e soja, no Município de Tibagi, cujas culturas se verifiquem em terrenos arrendados.

A circunstância de referidos colonos não serem proprietários das terras que utilizam, propicia a estagnação da produção, que poderia ser uma escala bem mais satisfatória, contribuindo, assim, para o desenvolvimento não só daquela região, como de resto, do próprio Estado.

Não obstante isso, a produção de arroz naquele Município, para a safra do corrente ano, deverá atingir 600 mil sacas, e, a previsão para 1.972 é da ordem de 1 milhão de sacas, o que por si, só justifica a medida ora preconizada.

Tal produção se reveste de grande importância, que vem sendo, seguidamente focalizada no Suplemento Agrícola de "O Estado de São Paulo" e mais recentemente na edição de 7-3-71.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1971.

(a) Leopoldo Jacomel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, exercendo suas prerrogativas regimentais, Requer à Mesa, com audiência do Plenário, seja encaminhada sugestão e ao mesmo tempo apêlo ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no sentido de que seja reformulada a siste-



mática da incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), atribuindo-se nas conclusões fiscais percentual de 15% como lucro presumido, ao invés de 30%, no caso específico do comércio de gêneros alimentícios.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1971.

(a) Erondy Silvério

#### JUSTIFICAÇÃO:

No ato da "Conclusão Fiscal", a Secretaria da Fazenda do Estado dá como lucro presumido o percentual de 30% sobre as vendas anuais dos armazéns de secos e molhados. Verifica-se, entretanto, que a maioria dos gêneros alimentícios tem preços tabelados pelos órgãos fiscalizadores do abastecimento do Governo Federal. O fato verifica-se mesmo em empresas de contabilidade minuciosa e correta, ocorrendo o absurdo de, mesmo na hipótese do lucro ser comprovadamente menor, intimar o Fisco ao comerciante para que recolha a diferença, acrescida de mora, multa e correção monetária.

Trata-se, pois, de uma incongruência dos regulamentos fiscais, que, por certo, jamais pretenderam violentar o direito do contribuinte de ser lançado com base em elementos reais e não aleatórios.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, ouvida a Casa, que a Presidência da Mesa seja autorizada a convocar sessões extraordinárias para apreciação de vetos ou quaisquer outras proposições cuja importância justifique a medida.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1.971.

(a) João Mansur

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n. 67-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo 1.º do art. 47, da Lei 5.871 de 9 de novembro de 1.968, fica acrescido do inciso seguinte:

IV — por necessidade da Educação;

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.971

(a) João Mansur

##### Projeto de Lei n. 68-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), ao ancião sr. Manoel Mauricio, residente nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1971.

(a) Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

O sr. Manoel Mauricio participou da revolução de 1920, como integrante do Batalhão "Vicente de Castro", defendendo com risco de sua própria vida os magnos princípios democráticos, conforme documento anexo.

Agora, já ancião, sem dispôr de qualquer recurso para a própria sobrevivência, justo é, que o Estado o ampare num mínimo para sua manutenção pois como lavrador que sempre foi, não percebe nenhuma pensão ou auxílio.

Espero assim, haja a devida aprovação.



**Projeto de Lei n.º 69-71**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no distrito de Três Barras, município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1.972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1971.

(a) João Mansur

**JUSTIFICATIVA:**

O plano de lei que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, representa um dos grandes anseios dos moradores da região, os quais encontram-se no momento, sem condições de oferecerem melhor educação aos seus filhos.

Uma distância superior a 20 km. separa a sede do distrito da do Município, dificultando a locomoção dos alunos até o Ginásio ali existente.

A região é composta de pessoas com pequenos recursos, sendo a maioria agricultores, cujos filhos também ajudam na lavoura.

Esta, em síntese, a justificativa do Projeto, o qual acreditamos merecerá o apoio integral dos senhores Deputados com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MARICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Comemorou-se ontem, no mundo inteiro, o Dia das Comunicações, instituído pelo Papa Paulo VI. A data visa homenagear a todos aqueles que no exercício de função, na imprensa, no rádio e na televisão, enviam a todos os recantos, os principais acontecimentos, envolvendo os mais diversos assuntos. E a data instituída por Paulo VI, foi justamente para prestar homenagem, àqueles que diuturnamente, com muito esforço, trabalho e sacrifício, levam a todos os lares, a informação certa, o fato correto e, enfim, deixam o homem bem informado.

Por esta razão, e levando-se em conta a importância da data, realizou-se em Curitiba em data de ontem e em todo o Estado paranaense, uma série de comemorações com palestras e missas realizadas no Estado, enaltecendo a data e fazendo com que o povo tomasse conhecimento da importância dos meios de comunicação.

E é por esse motivo e com o objetivo de não deixar que esta Casa possa passar despercebida, a importância desta data, apresentei, nesta sessão, um requerimento em que se enfatiza e ao mesmo tempo se congratula com as autoridades que elaboraram esta promoção.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DOMUNT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A nossa participação na tribuna, na tarde de hoje, é para trazer aqui um voto de louvor ao convênio firmado entre o INCRA e a COPEL, que tratará do Plano de Eletrificação Rural para o Estado do Paraná, no valor de 14 milhões de dólares que deverá ser aplicado durante 4 anos.

Daqui há 4 anos portanto, teremos 14 milhões de dólares aplicados no Plano de Eletrificação Rural, fazendo com que a zona rural tenha melhores condições, para que o trabalhador rural possa viver.



Queremos também, na oportunidade, atendendo a sua solicitação verbal do sr. Prefeito Municipal de Toneiras do Oeste, pedindo que o Plenário aprove o requerimento de nossa autoria, já lido nesta Casa, e que pede ao Banco do Estado do Paraná que crie, na cidade de Toneiras do Oeste, uma Agência do Banco do Estado do Paraná, porque, moradores daquele município, um região com 37 mil habitantes, o seu volume bancário, a sua operação bancária, é feita nas cidades vizinhas, trazendo grandes transtornos para a população de Toneiras do Oeste.

Em terceiro lugar, queremos também aqui elogiar a campanha que está sendo feita em todo o Paraná, especialmente em Curitiba, a campanha do agasalho. E elogiar, assim, as pessoas que estão à testa desta campanha, fazendo com que aqueles menos favorecidos, os pobres de Curitiba e do interior do Estado, neste inverno, possam ter um pouco de consólo, e recebam uma ajuda para poder aliviar de todo o frio que atinge a todos nós, quanto mais aqueles que têm menos agasalho.

Portanto, os nossos cumprimentos àqueles que dirigem a Campanha do Agasalho, e façamos votos para que esta campanha realmente resulte num trabalho que todos esperam: dar bastante agasalho, dar condições, para que os menos favorecidos possam receber o apoio que precisam e que merecem.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra no Pequeno Expediente. (Pausa). Não havendo mais quem queira usar da palavra, está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

No início deste mês de maio nós nos reunimos na Prefeitura Municipal de Curitiba, com a Associação dos Municípios do Paraná, juntos com o deputado Borsari Neto, participamos de debates naquela Associação tendo, em primeiro lugar, discutido a necessidade de melhor atendimento aos municípios.

Verificando a intenção do Banco do Brasil, de dar atendimento aos agricultores, com financiamento de máquinas agrícolas e a longo prazo, nós vimos que não vem surtindo os efeitos desejados, para atendimento aos lavradores. Notamos que a melhor forma para dar atendimento àqueles municípios e aos lavradores do interior, é preciso que se dê condições aos municípios, de adquirir estas máquinas, financiando às Prefeituras municipais, com juros iguais àqueles oferecidos aos agricultores.

E, nesse sentido, pediu-nos a Associação dos Municípios do Paraná que encaminhássemos, no Expediente, por esta Casa, ao Banco do Brasil, e ao Conselho Monetário, cujo pedido encaminhado está assinado por mim e pelo deputado Borsari Neto.

Creio que é uma maneira de podermos dar atendimento aos agricultores, porque com a aquisição de máquinas, pelas Prefeituras, elas poderão atender a todos os agricultores de seus municípios, cobrando a hora, ao preço acessível, exclusivamente para tirar a despesa de custeio. Tenho como exemplo o município que tive a honra de administrar, onde deixamos um trator de esteiras e que vem cobrando o preço de 15 cruzeiros a hora, para atender ao povo daquele município.

Nestas condições as Prefeituras, adquirindo, podem fazer o que faz a Café do Paraná, que vem cobrando a 47 cruzeiros a hora, para atender os trabalhadores que, com estes tratores, poderão fazer esplanados, de terreiro, os seus açudes, aberturas de carreadores. E por que não funcionar também as moto-niveladoras, para dar atendimento a abertura de melhores estradas?

Foi discutido também, naquela oportunidade, e pedido o nosso apoio com referência à problemática do ICM. Considerando que sanados os efei-



tos do Decreto 326, vai voltar novamente aquele problema que vemos por estes dias. Foi encaminhado àquela associação um ofício ao sr. Secretário da Fazenda em que considera um tópico de seu ofício: "considerando que cessados os efeitos do Decreto 326, a 31 de junho próximo, voltando a vigorar os índices de 1971, ressurgirão os problemas que lhe deram causa, ocasionando reclamações já conhecidas e cerca de 200 prefeitos prejudicados, considerando que a prorrogação dos índices de 1970 até 31 de dezembro, além de implicar em nova autorização por disposição federal também ocasionaria reclamações da outra parte, isto é, dos prefeitos que foram beneficiados com os índices fixados para 1971.

Considerando a exiguidade de tempo para a adoção de nova sistemática por falta de elementos básicos, concluiu que a solução mais indicada para esse período seria o "convênio" permitindo pelo Decreto 380, estabelecendo índices correspondentes à média daqueles fixados para 1970, 1971.

Mas, para não ser necessário que se votem as medidas paliativas, é preciso que se estude desde já uma nova fórmula para atendimento a esses Municípios, com um índice real. É preciso que se façam estudos para que em 72 não precisemos voltar às medidas paliativas como estas. É necessário que o Estado firme convênio com os Municípios, levando em consideração, para, uma nova sistemática, para fatores básicos, a densidade populacional urbana dos Municípios, a receita tributária própria, fazendo pesquisas em todos os Municípios, tendo em mãos este pronunciamento.

Mas é preciso ainda, para que se garanta, para que se defina com lealdade a origem da produção, que seja votada a guia do produtor. Mas não a guias que tínhamos e que, passando a barreira, o motorista jogava fora sem ter nenhum valor. É preciso que se crie uma guia do produtor, que se extinga a nota de compra, substituindo-a pela guia do produtor porque, quando sair, sai com esta guia do produtor, com seu cadastro na Coletoria e estará garantida a procedência.

Os levantamentos que mencionei, índices populacionais, receita tributária, gastos escolares e a produção, acho que serão uma fórmula de dar atendimento, de ter o índice verdadeiro para que não seja preciso voltar aos índices de 70, que vêm sendo adotados desde 68.

**Sr. Nivaldo Krüger** — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V.Exa. reclama contra os índices do ICM, índices que servem ao Brasil para o retorno das quotas dos Municípios, cujas sistemáticas, desde 68, vêm ocasionando esta disretnia na economia dos Municípios. Entretanto, quer me parecer que o Governo não tem vontade de resolver o problema. O Governo da ARENA é insensível aos reclamos dos Prefeitos; o Governo da ARENA não é municipalista; o Governo da ARENA quer os Municípios sujeitos e não independentes; o Governo da ARENA quer os Municípios na miséria e na dependência total e isto prova o que diz o Deputado da ARENA. Associe-me às palavras de V.Exa., no instante em que nós, da oposição, reivindicamos com todas as energias para que se dê aos Municípios a autonomia a quem têm direito, para o engrandecimento do País, como fez o Presidente Castelo Branco, ao tempo de seu Governo.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Eminentíssimo deputado Nivaldo Krüger, conheço muito bem V. Exa., que sem foi um municipalista autêntico. Lembro-me quando participei da Associação dos Municípios do Paraná, como membro do Conselho Deliberativo...

**O sr. Nivaldo Krüger** — Com honra para mim, V.Exa. foi membro atuante de nossa Entidade.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Foi com satisfação que participamos das reuniões de Maringá, Rolândia, Arapongas e sempre foi debatido o problema do ICM. Naquela reunião de Maringá foi criada a taxa de 3% sobre o café em côco, medida que veio solucionar o problema naquela época e que depois foi cortada. Não se trata de uma luta da ARENA, ou do MDB, mas dos autênticos municipalistas que sofrem a real situação de seus municípios.



O sr. Nivaldo Krüger — Nobre Deputado, a questão não é conhecer a situação. Tanto o Governo Federal, quanto o Governo do Estado, conhecem a situação a Fundo. E, na verdade, são insensíveis aos reclamos municipalistas. E aí estão os municípios a sofrerem essa situação, aí está a Associação dos Municípios do Paraná a levar ao conhecimento do Governo Federal, do Governo do Estado, a realidade da situação. Não temos condições de conseguirmos autonomia financeira, o sr. Ministro da Fazenda não nã-la concede. Está faltando, realmente, é vontade para solucionar a situação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sabe bem V.Exa. que a Associação dos Municípios do Paraná, no ano passado, não sei qual a causa, se por culpa de sua direção, ou não, mas não chegou a uma conclusão. Estivemos reunidos no salão do DER, com todos os prefeitos, e foi debatido o problema do ICM. Convidamos o sr. Secretário da Fazenda atual, sr. Rubens Bailão Leite, que não compareceu. A Associação, o ano passado, não conseguiu sequer dialogar com o sr. Secretário da Fazenda. Foi essa falta de diálogo que impediu a solução do problema.

Mas, atualmente, o Diretor da Associação está esperançoso de ver solucionados esses problemas. Já foi a Brasília dialogar com o sr. Ministro da Fazenda. Diz S.Exa. que os pequenos municípios produtores não podem ficar com toda a arrecadação, porque muitas pessoas saem de seus municípios para procurar a solução de seus problemas nos grandes municípios, que, muitas vezes, não têm condições de atender os problemas de seu município. É onde estou propondo que seja feito um levantamento real da receita tributária e dos gastos dos municípios.

Portanto, repito, é isso que estou propondo, se se faça um levantamento real da população, da receita tributária e dos gastos escolares dos municípios produtores.

Porque, o caminho que estão levando a adotar esta sistemática do ICM não é real. Por exemplo, quando um boi sai de seu município de origem, por 500 cruzeiros, é tributado; quando vai para o frigorífico, em outro município, é dado por 700 cruzeiros. Essa nova transação é calculada sobre o preço total e não sobre os 200 cruzeiros da diferença, prejudicando o município de origem.

O sr. Nivaldo Krüger — É por esta razão que digo que o problema não tem solução. E daí porque acuso a insensibilidade do Governo e cujo Partido V.Exa. pertence, da injustiça que se comete contra os pequenos municípios produtores e as providências que não se fazem sentir nunca.

Pode ser que seja ouvido o reclamo de V.Exa. aliado ao protesto de todos os Deputados que têm consciência do problema, e talvez haja uma alteração. Porque, o que V.Exa. está dizendo é realmente uma verdade. E se continuar dessa maneira teremos um grande desestímulo nas áreas produtoras.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Deputado, nós sabemos que o sr. Governador do Estado já tomou conhecimento do problema, e vai dialogar com a Associação dos Municípios do Paraná. S.Exa. tem atendido Prefeitos, tem ouvido Deputados, já ouviu quando foi pedido o retorno, neste primeiro semestre, dos índices do ICM. O sr. Governador está procurando uma fórmula de solucionar o problema, aqui no Paraná. Mas, sabemos muito bem que o problema depende de ato do sr. Presidente da República. E para isso estamos procurando oferecer condições, subsídios, para que se possa chegar a uma solução comum.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Desculpe a franqueza, mas quando ouço um Deputado da ARENA dizer que está gestionando, dizer que está procurando levar ao conhecimento do Governo que o Governo está procurando solucionar esse problema, desculpe-me a franqueza, mas isso quer me parecer atuação para assistente, porque V. Exas. detem o poder na área federal, na área estadual, na Assembleia Legislativa, nas Câmaras Municipais, e se esse assunto não é resolvido, é porque V.Exas., na verdade, não querem resolver. Para mim, ilustre Deputado, isso



é um jogo político para que o Governo mantenha os Prefeitos Municipais sob sua batuta perene. Desculpe-me mas é meu ponto de vista e não posso deixar de expressá-lo num momento como este.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não é nossa intenção querer defender S. Exa. o sr. Governador do Estado neste episódio, mas sabe muito bem V. Exa., há quanto tempo nós trazemos o problema ICM, desde a cidade de Maringá, como já mencionei. Mas nossa intenção é a do sr. Governador do Estado, é solucionar de vez o problema.

Mas estamos aqui querendo defender S. Exa. o sr. Governador do Estado, que não está querendo utilizar os meios do ICM para segurar os Prefeitos, para fazer jogo com eles, como imagina V. Exa. É preciso dar tempo a S. Exa. O sr. Governador assumiu o Governo em 15 de março, estamos ainda no mês de maio, precisamos dar mais tempo a S. Exa. para resolver esses assuntos.

Vamos dar tempo ao tempo e tenho confiança de que chegaremos a uma solução que virá atender a todos.

Muito obrigado pelos apartes que V. Exa. me ofereceu e que já esperava de V. Exa., municipalista autêntico que é, que pretende ver solucionados todos esses problemas.

O sr. Nivaldo Krüger — Agradeço a V. Exa. pela oportunidade que me ofereceu de apartear-lo.

O sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Quero congratular-me com V. Exa., e trazer apenas como subsídio que esse problema do ICM, no ponto em que se encontra, não depende exclusivamente da área federal ou estadual, depende, também, da área municipal, porque a alteração desse índice implica em concordância de todos os Prefeitos. Então, há necessidade, inclusive, de ser firmados acordos, porque deve lembrar V. Exa., que existem municípios que foram beneficiados e a alteração agora traria uma redução para esses que foram beneficiados. Então, só é possível após concordância dos Prefeitos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço ao deputado Borsari Neto, porque ia passando despercebida, de que é preciso que haja concordância, porque existe o índice fixado em 70 e o índice fixado para 71. Então o sr. Governador do Estado não pode, simplesmente, fazer a soma dos dois índices, para tirar a média, sem autorização dos Prefeitos, porque há municípios que foram beneficiados com uma importância muito grande e há outros municípios em que diminuiu a quota. Então, é preciso que haja um entendimento com os municípios.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não posso aceitar calado, sem afirmar nesta Casa que para uma alteração do ICM, os Prefeitos precisam ser ouvidos. Nunca se ouviu Prefeito para isso. Para se alterar o índice de ICM nunca foram ouvidos os Prefeitos. Pode ser que daqui por diante sejam ouvidos, e, se forem ouvidos, eles optarão pelo sistema adotado no Governo Castelo Branco, receita direta no pagamento da caixa, cujo sistema nós testamos e dele nos beneficiamos, quando fomos Prefeitos.

Os Prefeitos não são ouvidos para alteração do índice, nobre Deputado, é um engano total quando se afirma isso, porque, na verdade, esse sistema do imposto aos municípios, é de cima para baixo, como sempre vieram.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Esta é uma demonstração de que está havendo diálogo, que os Prefeitos estão sendo ouvidos. Tenho, em mãos, uma minuta do termo de Convênio proposto pela Associação dos Municípios e quando se propõe, através da Associação, é sinal que os Prefeitos foram ouvidos.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). As 20 horas de hoje a Associação dos Prefeitos do Paraná deverá realizar uma reunião de sua Diretoria à qual fui convidado. Nessa reunião deverão ser debatidos vários aspectos dos problemas relacionados com a fixação dos in-



lices do ICM. Há vinte dias atrás a Associação dos Prefeitos do Paraná reunida resolveu encaminhar um Convênio ao sr. Governador do Estado, com cópia ao sr. Ministro da Fazenda, propondo o seguinte:

Desde que o Governador do Estado, em função do Decreto federal, apenas pôde restabelecer os índices do ICM para o período abril-maio e junho, dá a Associação em seu arrazoado: dada a exiguidade de tempo e a persistência dos mesmos problemas com relação aos índices para 71 que terão que ser adotados a partir de 1.º de junho; tendo em vista a prorrogação dos índices de 71 para alguns Prefeitos, algumas medidas foram exigidas entre elas que o Ministro da Fazenda levasse em conta algumas condições peculiares a cada Município para que se encontre o índice mais real, receita tributária do próprio município, gastos escolares, produção, etc..

Isto poderia ser conciliado pelo Ministro da Fazenda, mas a verdade é que o sr. Governador do Estado resolver o problema, está procurando e o sr. Secretário da Fazenda manifestou interesse nas várias reuniões mantidas com a Associação dos Prefeitos de ser, como é sem dúvida alguma, o porta voz das sugestões da Associação dos Municípios Paranaenses.

Quero crer que da reunião de hoje à noite, algumas sugestões poderão ser endereçadas ao órgão programador do Ministério da Fazenda, as quais poderão ser debatidas e encaminhadas via Governo do Estado ao sr. Ministro da Fazenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado. O Convênio proposto é nos seguintes termos:

(Lendo): "Termo do Convênio celebrado entre os Municípios e o Governo do Estado do Paraná, na forma do artigo 11 do Decreto Lei n.º 380, de 23.12.68.

Os Municípios do Estado do Paraná, através de seus Prefeitos em exercício e o Governo do Estado, aqui representado pelo exmo. sr. dr. Haroldo Leon Peres, no uso da autorização contida no art. 11 do Decreto-Lei n.º 380, de 23 de dezembro de 1968, resolvem firmar o presente convênio, estabelecendo uma sistemática própria para a entrega e distribuição da parcela de 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação do imposto de circulação de mercadorias, "ICM, que constitui receita dos municípios, conforme art. 23, § 8.º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, conforme condições e cláusulas que seguem:

Cláusula I — O presente "convênio", elaborado com base no art. 11 do Decreto-Lei n.º 380 de 23 de dezembro de 1968, visa apenas alterar os valores dos "índices" estabelecidos pela "Resolução" da Contadoria Geral do Estado, de 30 de setembro de 1970, publicada no "Diário Oficial" do Estado da mesma data, edição n.º 145, os quais cessados os efeitos do Decreto n.º 326, publicado no Diário Oficial, deverão voltar a vigorar, automaticamente, a partir de 1.º de julho de 1971, entrante.

Cláusula II — Os índices constantes do presente "convênio" são uma resultante de uma reformulação baseada nos valores dos índices estabelecidos em 1969, com base na participação direta sobre a arrecadação do ICM em 1968, e de outra parte, naqueles fixados para vigorarem em 1971 (Resolução da CGE. acima) — fixando, então, coeficientes médios e corrigidos para cada município, de tal sorte que as diferenças para mais ou para menos não cairão ou não causarão novamente aquelas distorções que a implantação dos índices preparados para 1971 motivaram, a partir de janeiro desse ano, tornando possível a execução dos orçamentos municipais elaborados com base nas receitas de 1970.

Cláusula III — Pelo presente convênio os Prefeitos municipais do Estado do Paraná, autorizam o Governo do Estado, autoridades fazendárias e Banco do Estado do Paraná (este na qualidade de executor do Fundo), a tornarem sem efeito os "índices" constantes da Relação anexa à Resolução da Contadoria Geral do Estado, referida no item I, e a aplicarem, nas ocasiões próprias, os números constantes da Resolução anexa ao presente, que vai autenticada pelos Exmos. Srs. Secretário da Fazenda, Presidente do Banco do Estado e Presidente da Associação dos Municípios do Paraná.



Cláusula IV — Os demais procedimentos com a entrega e distribuição da quota-parte pertencente aos municípios na ou sobre a arrecadação do "ICM", adotados desde 1969, continuam sem qualquer alteração e em pleno vigor.

Cláusula V — O presente "convênio" tem sua validade...?

E, para constar, lavrou-se o presente termo particular de "convênio que, lido e achado conforme é assinado pelas suas partes integrantes, de um lado os senhores Prefeitos paranaenses e de outro lado S.Exa. o sr. Governador do Estado do Paraná.

Curitiba, .... de ..... de 1971".

O sr. João Mansur — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Gilberto Carvalho, quero congratular-me com V.Exa. quando aborda assunto tão importante da tribuna e, ao mesmo tempo, discordar do aparte do nobre líder do MDB, sr. deputado Nivaldo Krüger, quando vem acusar o Governo da Arena com relação a este assunto tão importante, assunto que diz respeito a todos os Municípios brasileiros. Foi um Governo da Arena que implantou a situação dos municípios através do ICM; é através do Governo da Revolução que nosso país experimenta este surto de desenvolvimento. Temos as mudanças dos idos de 64, quando este País estava mergulhado no caos e na anarquia. Foi preciso que estes homens, com a responsabilidade que têm de amor à causa pública, viessem para trazer ao nosso País um rumo certo, para trazer paz e tranquilidade ao povo brasileiro a fim de que o Brasil possa continuar na sua marcha para o progresso. Quero congratular-me com V.Exa. quando aborda este assunto. V.Exa. conhece e sabe da complexidade do assunto, porque, como Presidente da Associação Paranaense, lutou muito para melhores índices aos municípios paranaenses.

O Governo esforça-se junto às autoridades federais, para autonomia e independência necessárias aos municípios, para que os prefeitos continuem dentro da programação estabelecida, fazendo a administração que corresponda aos anseios e à confiança e a vontade dos munícipes. De modo que, cumprimento V.Exa. e espero, nobre deputado Nivaldo Krüger, compreensível como é, homem que já teve a responsabilidade de dirigir um dos maiores municípios do Paraná, sabendo das dificuldades que vinha de encontro ao Governo do Estado, um homem que nada mais quer do que administrar o Paraná e dar aos paranaenses uma administração à altura do esforço e do trabalho da nossa gente, que venha dar mais um crédito de confiança, a fim de que o sr. Haroldo Leon Peres possa, realmente, administrar o nosso Estado e corresponder com a confiança que recebeu do sr. Presidente da República, para ser o primeiro mandatário do povo paranaense.

De modo que, lamento que o sr. Nivaldo Krüger faça estas intervenções, mas, não veio até hoje à tribuna dar um crédito de confiança ao Governo do Paraná, um subsídio no sentido de ajudá-lo, a fim de que ele faça uma boa administração.

Srs. Deputados, se amanhã o sr. Haroldo Leon Peres fracassar na sua administração, é o Paraná que está sendo fracassado na sua administração e no seu desenvolvimento.

De modo que nós, aqui, não podemos estra discutindo em termos de partidos políticos, quando se trata de administração do Estado; nós somos paranaenses, queremos o bem do nosso Estado; precisamos, pois, nos irmanar, para dar um crédito de confiança ao governador Haroldo Leon Peres, a fim de que ele faça realmente uma grande administração em favor da nossa gente, e em favor do nosso Estado.

De modo que, cumprimento V.Exa. quando ocupa a tribuna para abordar assunto tão importante e que diz de perto à vida de todos os municípios paranaenses. Era o aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte do eminente companheiro João Mansur, que veio dar maior brilho ao nosso pronunciamento. Sabe muito bem o eminente líder do MDB, que foi Prefeito como eu; de tudo nós experimentamos um pouco, experimentamos quando tínhamos o ICM,



àquela época das mais difíceis, e implorávamos de chapéu na mão, pedindo o Artigo 20.

Está lembrado o nobre Deputado quando veio o ICM, no mandato Castelo Branco, que foi na realidade a melhor solução.

Depois, com a modificação, os municípios passaram as maiores dificuldades, — veio, em compensação, também, melhor fundo de participação que deu condição, que deu autonomia aos municípios.

Não há dúvida que, se nós somássemos o Fundo de Participação dos Municípios, o ICM, com a arrecadação direta dos municípios, não há dúvida, precisaríamos considerar que nem todos os prefeitos pensam como V. Exa. pensou, quando estava em Guarapuava, aplicando bem a verba que V. Exa. recebia. Muitos prefeitos faziam a sua devida aplicação, mas outros nem sequer sabiam o que fazer com o dinheiro. Esta é a verdade que ninguém nega. Quando S. Exa. o sr. Presidente da República pensa, ele não pensa em termos de um município ou de outro, ele pensa em termos de Brasil. E, pensando em termos de Brasil, ele precisa ver a situação de cada município.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa., ao abordar o tema do ICM e municípios, já sabia com certeza que este assunto suscitaria debates e um maior interesse de todos os senhores Deputados. É um assunto polêmico por excelência que se divide em correntes de opinião. Os que adotam a tese do índice, que é a tese do sr. Ministro Delfim Neto, e a corrente que adota a tese de distribuição, segundo a capacidade produtiva de cada uma das regiões, de cada um dos municípios. Sou daqueles que militam humilde e modestamente no rol dos que adotam a tese da distribuição segundo a capacidade de produção de cada uma das zonas. Embora, é verdade, que no processo de índice que se quer penetrar, é um sistema paternalista municipal, que não tinham condições de sobrevivência, desmembrados no joelho de políticos, em última hora; hoje, através do sistema de índices, tentam sobrevivência artificial.

O sistema de distribuição e — V. Exa., falando em termos de Brasil grande, — só através dele e com a visão de estadista que tinha o ilustre Presidente Castelo Branco, neste campo, — eu não faço, como disse o ilustre Líder do Governo nesta Casa, proselitismo partidário, pois reconheço uma medida de um governo arenista. Não faço proselitismo faccioso, porque apresento uma solução. Entretanto, a solução por nós apresentada foi rejeitada pelo Presidente da República, pelo Ministro da Fazenda, mais por teimosia, porque a tese é pura, é perfeita e está de acordo com os interesses de engrandecimento do Brasil, pelas suas raízes, os municípios. E nós denunciávamos em 1968, dentro do Congresso Nacional, que o processo adotado por S. Exa. o atual Ministro, iria redundar nesta distorção que hoje os municípios estão vivendo. Isto demonstramos nas reuniões que mantivemos com S. Exa. o sr. Ministro da Fazenda, com os líderes do governo; eles não atenderam às nossas reivindicações e, hoje, o que se vê? Vem atestar que nós estávamos com a razão. E nós aqui nos encontramos na mesma posição em que nos encontrávamos há 2, 3, 4 anos atrás, em defesa dos municípios paraenses. Porque, em termos de Brasil Grande, que V. Exa. prega desta tribuna, só se fará através do fortalecimento das cédulas, que são os municípios. Com municípios enfraquecidos não teremos Brasil grande. Com prefeitos à beira da falência e prefeituras sem crédito, não teremos Brasil grande.

Portanto, estou ao lado de V. Exa. e de todos os Deputados que querem realmente o engrandecimento deste País. E creio que todos querem. É natural que as opiniões divirjam, que pontos de vista entrem em choque; é natural que existam correntes à favor do processo de índices. Mas eu disse e reafirmo aqui: só há uma solução para os municípios brasileiros: é a distribuição, segundo a capacidade de produção de cada um. Defendo esta tese desde 1967, e com ela estava o Presidente Castelo Branco e seus assessores.



E hoje vemos em todo o Brasil esta ebulição, esta efervescência, este desânimo por um processo injusto, que não deve ser perpetuado.

Portanto, o Deputado Líder da Arena, João Mansur, diz que eu não tenho uma solução: tenho sim, e aí está. A da distribuição direta através das produções de cada município.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, esta solução que V. Exa. apresenta, seria uma solução para os nossos municípios, mas não para todo o Brasil.

O sr. Nivaldo Krüger — Não é para todo, realmente, porque disse há pouco, o Paraná foi dividido, não obedecendo a critério natural, mas político. Então acordos dos chefes políticos de uma determinada região, um distrito amanhecia distrito e anoitecia município, sem condições. Quer se remendar aquilo que não tem conserto. E aí não tem conserto nenhum. Pode estar certo V. Exa. e todos os estudiosos do problema.

A medida de Castelo Branco estava correta, porque viria ainda corrigir com o tempo os municípios que não eram um todo e que apenas eram desmembrados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Acho, nobre Deputado, que os Municípios a que V. Exa. se referiu, criados da noite para o dia, não têm culpa do que aconteceu.

O sr. Nivaldo Krüger — Claro que os Municípios não têm culpa!

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sabe V. Exa. que, com base nesta nova Constituição que nós temos, não se criam mais Municípios como se criavam antigamente.

O sr. Nivaldo Krüger — Já é um passo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas é preciso que se dê assistência aos Municípios que estão já criados, que assemelham uma forma de atender a estes Municípios. E onde propusemos que fosse feito este levantamento, porque, quando pensamos em Município, pensamos no povo e precisamos pensar em todos os Municípios, nos que produzem e nos que nada podem produzir. Vejam o caso de Telemaco Borba. Receberá o ICM diretamente e não sei o que Telemaco Borba fará com todo o dinheiro arrecadado naquele Município.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. cita o caso de Telemaco Borba e à excelente que tenha citado este caso. Telemaco Borba também é produto de um desmembramento temporário. Telemaco Borba era distrito de um grande Município histórico do território paranaense. Desmembrado por motivo político, esta anomalia não terá conserto jamais.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Está aí nossa missão como Deputados. Na vida pública devemos lutar para conseguir uma solução para os problemas e melhores dias para nosso povo. Não adianta querermos criticar políticos do passado; o que precisamos é encontrar uma solução para dar melhores dias...

O sr. Nivaldo Krüger — Queria dar por encerrados meus apartes, mas com este diálogo a que nos acostumamos, vejo-me na obrigação de dizer que não é crítica a políticos do passado. É uma crítica à visão distorcida dos políticos atuais. Não pretendem eles uma solução além do horizonte. Cingem-se aos dispositivos encontrados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agora teremos oportunidade de debater pessoalmente o problema do ICM com S. Exa., o Secretário da Fazenda, e até com S. Exa. o sr. Governador do Estado. O que não tivemos em nosso mandato, o que não teve o Presidente da Associação dos Municípios no mandato passado, é agora um caminho pelo qual poderemos chegar a uma solução. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.



Era minha intenção trazer para meditação, especialmente dos srs. Deputados, um assunto que reputo da maior importância. No entanto, dado ao adiantado da hora, dez minutos não me seriam suficientes para abordar aquilo que desejava.

Mas, para não deixar passar a oportunidade, porque terei que aguardar nova inscrição, quero aproveitar estes dez minutos para, deixando de lado aquele assunto, fazer um apêlo a todos os Deputados, de ambas as bancadas. Aquela espetáculo doloroso, triste, que assistíamos nas noites chuvosas, nas noites de geadas, com o nosso semelhante deitado sobre jornais velhos, nas ruas da Capital. Crianças mal saídas para a vida, altas horas da noite, descalças, perambulando pelas ruas da cidade, à procura de nada.

Esse problema tão angustioso, que não é problema somente de governo, que não é problema somente de pessoas, mas de todos nós, de cada um de nós, porque é um problema que afeta diretamente o semelhante. E nós vivemos num país que diz ser cristão. E se somos cristãos, temos de não apenas falar como cristãos, mas adotar, viver os Mandamentos da Lei de Deus, cujo maior mandamento é "Amar ao próximo como a nós mesmos". Todos nós temos responsabilidade no problema de assistência àqueles que precisam. e em boa hora o sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, sr. Nabor Moraes Neto, jovem vindo do Interior e de grande sensibilidade cristã, está procurando que esse problema seja, gradativamente, equacionado.

E, há poucos dias, tivemos aqui o anúncio através do sr. deputado Arthur de Souza, que aquela Secretaria distribuiu os números de telefone, pelos quais pode ser chamado o plantão da Secretaria para levar aquele nosso irmão que foi encontrado pelas ruas, sofrendo sob o frio inclemente, ou sob a chuva.

E agora, há poucos dias, também a Exma. sra. Dora Helena Leon Peres, tomou a iniciativa de levar avante a campanha do agasalho. E essa campanha não "é uma campanha de Plácido não é uma campanha do Governo, não é uma campanha da própria iniciadora, mas é uma campanha de todos nós na qual devemos nos empenhar.

Agasalhar aquele que tem frio será um grande consolo, e talvez possamos dormir com mais tranquilidade, com mais paz em nossa casa bem feita, bem agasalhada. Porque não será possível que alguém de sensibilidade cristã de sensibilidade humana, possa dormir satisfeito, se passou pelas ruas, se passou por um barraco, por uma casa humilde e viu seu semelhante desagasalhado, com frio. Ver uma criança descalça, tiritando de frio é uma coisa de cortar o coração. E ninguém poderia dormir descansado, vendo um quadro deste.

Será iniciada, em todo o Paraná, a "Campanha do Agasalho" que não será apenas uma campanha para favorecer os que vivem na Capital, mas em todas as cidades do Paraná. E quero fazer um apêlo aos srs. Deputados, para que contribuam, independentemente da contribuição que já fizemos, em nossa casa; independentemente da contribuição que fizemos, de roupas usadas, vamos contribuir também com um pouco de dinheiro para auxiliar esta grande campanha. Porque é uma grande verdade: "o muito se faz com o pouco de cada um".

Então vamos, cada um, dar um pouco, dar um pouco cada um dos paranaenses e com esse conjunto de pouco e mais pouco, haveremos de formar o muito, para satisfação nossa e pela satisfação de darmos aquilo que necessitam nossos semelhantes.

Agradeceria, antecipadamente, a todos os srs. Deputados, pela ajuda que derem. A lista ficará a disposição dos interessados aqui na Mesa.

Muito obrigado a todos; será uma contribuição sincera e franca dos Deputados paranaenses.

O sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queria apenas, nobre Deputado, expressar minha inteira solidariedade à iniciativa



que V. Exa. teve nesta Casa, de fazer uma solicitação modesta a todos os Deputados, para que, somadas, peresentem os nossos entender de mãos, àqueles que tanto carecem, que tanto precisam de nosso apoio e ajuda, particularmente neste inverno que se nos afigura rigoroso.

Contemplando ao nosso redor tantos desprotegidos pela sorte, compreendemos que em boa hora S. Exa., a primeira dama do Estado, sra. Helena Leon Peres, iniciou essa campanha que repercute em todo o Estado, porque o povo atende ao apêlo. E é com satisfação que nós observamos que Curitiba está salpicada com aquelas faixas, com aqueles cartazes às portas de quase todos os lares: "Estamos colaborando com a campanha do agasalho".

Isso é mais uma prova evidente do espírito cristão, da solidariedade, do povo curitibano e, tenho certeza, também do povo paranaense, que vem acudir a essa campanha meritória que se faz, numa demonstração de altruísmo, de solidariedade e de espírito de compreensão.

Deus queira que todos entendam perfeitamente o sentido profundo do objetivo dessa campanha e que, neste inverno, não haja ninguém desagasalhado, mas todos sejam aquecidos, não somente por uma veste a cobrir o corpo, mas que todos aqueles que tanto necessitam sejam aquecidos pelo calor humano e espírito demonstrativo de amor e fraternidade que deve caracterizar o povo brasileiro, o povo paranaense e o povo curitibano.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre deputado Igo Losso. É interessante que nós sintamos neste instante, o grande momento do ecumenismo. Todos aqueles que falam em nome de Cristo, estão unidos pela causa comum. E aqui dentro, neste instante, nós tivemos um exemplo dessa união dos cristãos.

Este que lhes fala é católico, congregado mariano, e acaba de receber um aparte, um aparte não só de apoio, mas, mais do que apoio, de esclarecimento de um Deputado evangélico.

Somos cristãos, nobre deputado Losso, — ambos falamos a mesma linguagem. Disse muito bem V. Exa. que não adiantaria apenas cobrir o corpo, se faltasse o carinho, se faltasse o calor do amor humano. E é justamente isso, srs. Deputados, o que pretendemos. Dar nossa contribuição a essa campanha, não apenas de auxílio material, não apenas de conforto material mas, sobretudo, de auxílio maior de todos, auxílio que é a solidariedade humana, de cooperação humana, de amor entre os homens.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. deputado Antônio Lopes Júnior, V. Exa. traz ao conhecimento da Casa aquele assunto que galvaniza, que une, que faz com que os homens se aproximem e faz com que sobressalte o espírito de humanidade cristã e o espírito de solidariedade existente em todos os corações.

O frio e a miséria não têm partido; o frio e a miséria não têm religião; o frio e a miséria são como chibatadas diárias quando vemos as favelas e as mães esqueléticas tirando da cesta do lixo alimento para seus filhos. Vamos nos acostumando com este quadro que é comum em Curitiba e em outras cidades do país. Esta é a realidade nua e crua de nossa Pátria.

Quando um Deputado vai à tribuna e levanta problema desta natureza, todos nos solidarizamos. Quero que V. Exa. leve à Patrona da campanha, se não me engano a Exma. Sra. do Governador do Estado, toda a solidariedade da bancada do MDB. Mais que a solidariedade da bancada, de cada um de nós.

Quero dizer a V. Exa., ilustre Deputado, que na convivência diária com problemas desta ordem, cheguei a uma conclusão e prometi a mim mesmo não escondê-la estivesse onde estivesse.

Ajudo, colaboro, suco a camisa, se preciso fôr, numa campanha desta natureza, mas não acredito nelas. Estas campanhas são paliativo e servem, muitas vezes, para ressaltar nomes nos jornais.



A solidariedade cristã não se faz com campanhas desta natureza, se faz indo à raiz dos problemas, e resolvendo esta situação que aí está.

Sinto que V. Exa. pensa desta forma, como todos os srs. Deputados que aqui estão. Num dos jornais da Capital lê-se em manchete: "Liberada a mulher que leilou a própria filha numa das Praças públicas por dez cruzeiros. Alguns ofereceram um cacho de banana, outros, irônicamente, deram um níquel qualquer para que a mulher que oferecia a própria filha pudesse matar a fome".

Crianças à venda no rico Estado do Paraná. Mulher vende filha num leilão. Não podemos, em absoluto, ficar insensíveis diante desta brutalidade em que o sistema social coloca grande parte da população.

É de lamentar que não haja tempo suficiente para que V. Exa. possa concluir sua oração. Numa exceção, pediria ao sr. Presidente que desse ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior mais dez minutos para que terminasse o pensamento brilhante e profundamente humano que traz na tarde de hoje a esta Casa.

Nobre Deputado, leve a nossa solidariedade e o nosso apoio para esta campanha, e a nossa manifestação de que não cremos que esta seja a maneira para a solução de problemas desta natureza.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Na verdade compreendemos que esta não é a solução definitiva para problema tão grande. Entretanto, serve para sensibilizar a opinião pública para o problema que existe, que está vivo em nossa frente, que ameaça o Estado e o trabalho de todos nós.

Na verdade não é uma solução, mas é uma forma paliativa. É preciso que estas campanhas existam, e que a solução venha. Mas a solução somente pode ser feita com profundidade, com calma. Para isto é preciso o patriotismo e o espírito cristão de todos os brasileiros e, muito mais, dos homens públicos, daqueles que abraçaram a vida pública, daqueles que vieram para o Legislativo, daqueles que ocupam cargos no Executivo.

Analisemos, srs. Deputados, o assunto trazido agora há pouco pelo sr. deputado Nivaldo Krüger de que uma mãe leilou a sua própria filha; é um capítulo diferente, é um outro capítulo da estória, e o capítulo mais doloroso, mais desgraçado da vida humana. Infelizmente existe, e não existe só aqui, existe em vários lugares. Este problema do leilão da própria filha talvez não seja pelo fato da fome, talvez seja por questões mais profundas e, justamente, fazia parte daquilo que eu deveria trazer na tarde de hoje, mas que numa outra oportunidade pretendo abordar aqui, o problema mais angustiante da vida humana, e que nos temos que colaborar, nós temos que ajudar a resolver, colocando, de nossa parte, um pouco de tijolos, um pouco de argamassa, para que possamos construir aos poucos e solidamente, o grande edifício da grandeza nacional, que só será grande quando forem efetivamente integrados todos os brasileiros, de todas as condições sociais para que, pretos e brancos, ricos e pobres possamos, sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul, trabalhar harmoniosamente pela grandeza da Pátria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, constantes dos Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício da Comissão de Constituição e Justiça, constante do Expediente,



solicitando da Mesa, atendimento ao disposto no artigo 123, § 5.º do Regulamento Interno. — Será encaminhado à Comissão Executiva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 252-69, fica acrescido do Parágrafo que especifica, o Art. 88, da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino). — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 252-69**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — O artigo 88, da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 4.º — O ingresso nos Jardins de Infância será feito mediante sorteio público, promovido pela direção do estabelecimento, entre os inscritos, na forma como determinar portaria do Secretário da Educação e Cultura”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3.5.71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente  
**Pinto Dias** — Relator  
**Maurício Fruct**

4a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 103/70, de autoria do dep. Paulo Poli, que cria uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Mamborê, com jurisdição nos Municípios de Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Cantú, Janiópolis e Boa Esperança e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — COM EMENDA.** — **Aprovada a emenda.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 259/70, de autoria do dep. José Alancar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 à viúva Ana Santos Bello. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 235/69, de autoria do dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo, a criar na sede do Município de Tapejara, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 302/68, de autoria do dep. Fabiano Braga Côrtes, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador Attilio Fontana. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 302/68**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador **ATTILIO FONTANA**.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1.968

a) **Dep. Fabiano Braga Côrtes**

**JUSTIFICATIVA:** — Oitavo filho de uma família de imigrantes italianos, que vieram da península em busca de melhores dias na nova terra, **ATTILIO FONTANA** nasceu no Estado irmão do Rio Grande do Sul. No início da sua vida, a exemplo dos seus mais velhos, dedicou-se ao amanho da terra, comendo seu pão, como manda a Bíblia, com o suor do seu rosto. A primeira terra que semeou foi a de Santa Maria e, ali, colheu seus primeiros frutos.



Com o correr dos anos, criança ainda, já com as mãos calejadas, estava enfiando alfafa em Santa Catarina, para onde se transferira. Dotado de raro talento comercial, auxiliado, já, pela experiência adquirida e inteligência incomum, aos 25 anos de idade já havia montado sua primeira casa comercial que, de progresso em progresso, lhe permitiu ser aos 40 anos um dos comerciantes mais fortes de toda Santa Catarina. Foi nessa época que iniciou sua brilhante trajetória industrial, ao mesmo tempo que começava a emprestar sua inteligência à política, pretendendo com isso, melhor poder atender o povo que o auxiliava. Como político, não foi menos brilhante, foi vereador e Presidente da Câmara Municipal de Concórdia por 4 anos. Em seguida foi eleito Prefeito da mesma cidade; logo era deputado Federal, por duas legislaturas. Foi Secretário de Agricultura de Santa Catarina e, hoje, é Senador da República, desde o ano de 1963. Senhores. Um homem que, sozinho, unicamente pelo seu trabalho e inteligência tem uma tão bela carreira, é realmente um homem de valor. ATTILIO FONTANA, o Senador da República, o "seu" ATTILIO, como gosta de ser tratado, conta hoje com 69 anos e continua com suas mangas arregaçadas, sem ter medo de enfrentar novas tarefas.

Pela fortuna que acumulou, pelo sucesso que obteve, pelo cargo nobre que ocupa, não é que pretendemos conceder-lhe o título de nosso irmão, de cidadão do Paraná, mas, sim pelo seu trabalho. Trabalho que desenvolveu e vem desenvolvendo em benefício de toda a coletividade brasileira, pelo seu trabalho em prol de melhores condições de vida à milhares de brasileiros. Desde o dia que movimentou um moinho de trigo, que se achava paralisado, de que fez funcionar um frigorífico que só possuía fachadas, "seu" Atílio não parou. Hoje são as Organizações "SADIA" espalhadas por todo o nosso imenso Brasil, trabalhando para uma nação cada vez melhor. Suas indústrias estão em toda parte, sua sede ainda é em Concórdia, mas vemos suas máquinas tonitroando em São Paulo, Baurú, Ribeirão Preto, Curitiba, Londrina, Toledo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Vemos também, seus aviões cortando nossos céus, levando o progresso a longínquos rincões. "Seu" Atílio não mantém indústrias a seu serviço, mas, sim a serviço do povo e consequentemente do país. Veja-se a hidrelétrica do Chapecózinho, com 8.400 HP, 250 KM de rede fornecendo luz e força a 28 localidades. Foi ele quem permitiu essas realizações auxiliando-a técnica e financeiramente. Ele mantém escolas e ginásios. Construiu um aeroporto e fez doação a um município. Ele fomenta a criação de gado leiteiro, de porcos e de gado de corte; ensina a criar galinhas e ensina a cultura da soja, do trigo, do feijão e do milho. Aonde vai Atílio Fontana vai sua equipe, vai a riqueza, vai o desenvolvimento; acaba a doença com ambulatórios médicos, acaba o analfabetismo com suas escolas, constrói e financia moradias, e, acima de tudo, cuida do conforto moral e econômico de todos aqueles que, direta ou indiretamente a ele estão ligados. Se tudo isso que historiamos não fosse realidade que pode ser verificada por qualquer um de nós, se tudo isso não servisse para melhorar as condições de vida do nosso povo e para o engrandecimento econômico do Brasil, por si só, o exemplo que nos tem dado Atílio Fontana, ligado ao Paraná por suas atividades comerciais e industriais e sincero e leal afeto, o tornaria merecedor da honraria cuja outorga hoje estamos propondo. A nossa maneira de agradecer o seu trabalho e sua amizade pelo Paraná é essa, unamos ele cada vez mais ao nosso povo transformando-o em um de nós, um Cidadão Honorário do Paraná. Obrigado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 302/68

AUTOR: Dep. Fabiano Braga Cortes

Relator: Dep. Arthur de Souza

#### PARECER

Pretende o deputado Fabiano Braga Cortes, através o presente plano de lei conceder ao Senador Atílio Fontana, o título de cidadão honorário do Estado do Paraná.



O Projeto está devidamente justificado e não contraria o que determina o Regimento Interno.

Nada a opôr quanto à sua constitucionalidade e oportunidade.

Assim, somos pela APROVAÇÃO, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 4 de Abril de 1.971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente  
Arthur de Souza — Relator  
Igo Losso  
Emílio Carazzai  
Cândido Manoel Martins de Oliveira  
Muggiati Filho  
Gilberto Carvalho  
Odilon Reinhardt  
Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja formulado apêlo à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., objetivando a instalação de uma agência na sede do Município de Tuneiras do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando votos de louvor ao sr. Vice-Governador do Estado e à Diretoria da COPEL. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de que seja reformulada a sistemática da incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando que a Presidência da Mesa seja autorizada a convocar sessões extraordinárias para apreciação de vetos ou quaisquer outras proposições, cuja importância justifique a medida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Presidente da Companhia Fôrça e Luz do Paraná, no sentido da extensão da rede elétrica para o distrito de Lajeado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia Mundial das Comunicações". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, no sentido de que seja enviado, com urgência, para as circunscrições do Detran do Interior do Estado, material de expediente e certificado de propriedade de veículos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário da Agricultura, no sentido de ser firmado convênio entre a Secretaria de Agricultura e Banco do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 210/69;  
3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 235/69;  
2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 302/68;  
1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255/69;  
Levanta-se a sessão.